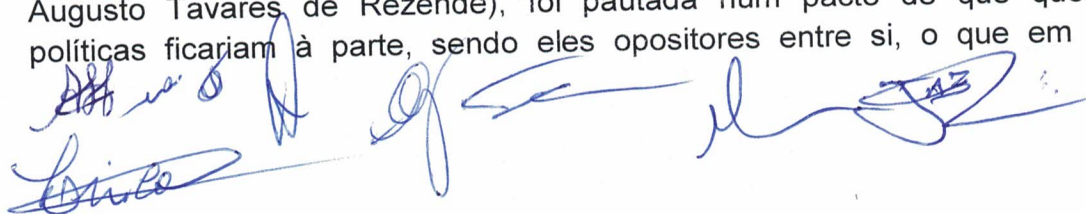
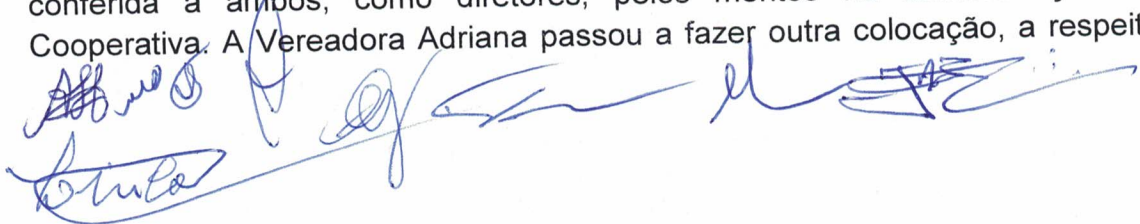


Ata da Vigésima Nona Reunião Ordinária de 2018

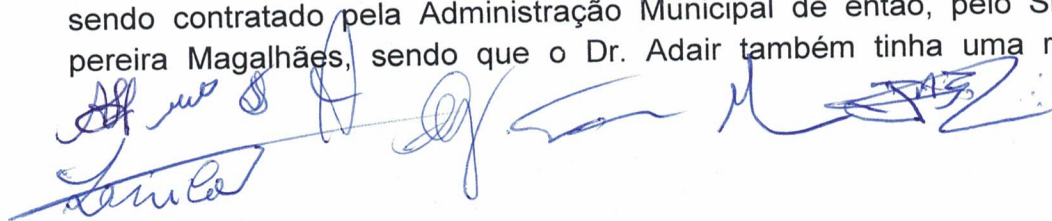
Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de outubro de 2018 (dois mil e dezoito), às 18 (dezoito) horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Mar de Espanha com a presença dos nove senhores Vereadores: Adriana Aparecida Halfeld Guerra, Alair de Rezende, Arnóbio Joaquim de Souza, Flávio Raviere de Castro, Jorge Ajax Brovini, Lincoln Rodrigues dos Santos, Marcílio Vieira Pacheco, Ronaldo dos Santos e Thalles de Souza Mazzi. Iniciada a reunião, o Presidente solicitou à Secretária que fizesse leitura da ata da reunião anterior e a colocou em discussão, tendo o Vereador Jorge solicitado que constasse da próxima ata, no sentido de que tentou negociação com ela para a troca de outro medicamento e que ingressaram na Justiça para que se fizesse de direito após ser colocada em votação, a ata foi aprovada por unanimidade. Não houve Expediente. Foi informado que o Vereador Jorge, após tentar vários nomes para indicar, sem, contudo obter êxito, pretende homenagear o “João da Cooperativa”, Sr. João Batista Gribel de Rezende, com o título de Cidadão Honorário Honra ao Mérito; o Vereador Lincoln pretende homenagear ao Dr. Adair de Oliveira com o título de Cidadão Honorário. Foi, ainda, informado, que o Chefe do Executivo, a quem vem sendo deferida a oportunidade de fazer indicação para homenagem desta Casa, indicou o Sr. Mauri José Torres Duarte, Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. O Vereador Alair afirmou que, embora estivesse com intenção de homenagear novamente o Sr. Nilo, analisou que não faz sentido prestar nova homenagem à mesma pessoa num espaço tão curto de tempo, sendo que o Sr. Nilo recebeu a homenagem de Moção de Aplauso há apenas cerca um mês e, agora, logo em seguida receber o título de Honra ao Mérito não faria sentido e que poderia esperar; disse, ainda, que, se os vereadores concordarem com a substituição, pretende indicar para receber o título de Cidadão Honorário, o Wilton, proprietário de uma confecção, apelidado de “Neném”, pois ele ajuda muito o esporte, igreja, tudo o que vão pedir a ele, sendo uma pessoa que sempre está com as portas abertas para todos, tendo patrocinado evento recente de voleibol; disse também que o Sr. Wilton fez alguns contatos com empresários de futebol e está levando alguns garotos para fora, garotos humildes, que não têm condição, que ele custeia tudo, custeia hospedagem; que ele tem uma cota na empresa de que é proprietário para ser destinada a custear esses benefícios. A Vereadora Adriana apresentou questionamento ao vereador Jorge sobre as razões da indicação do nome do Sr. João para receber a homenagem, frisando acerca da necessidade de se expor o motivo para o deferimento da homenagem, sendo que o título de Honra ao Mérito, pela própria denominação, já pressupõe que haja um mérito do agraciado em favor da coletividade, tendo o Vereador Jorge respondido que a história do João Gribel à frente da Cooperativa dos Produtores de Leite de Mar de Espanha, junto com o “Guto” (Sr. Carlos Augusto Tavares de Rezende), foi pautada num pacto de que questões políticas ficariam à parte, sendo eles opositores entre si, o que em nada



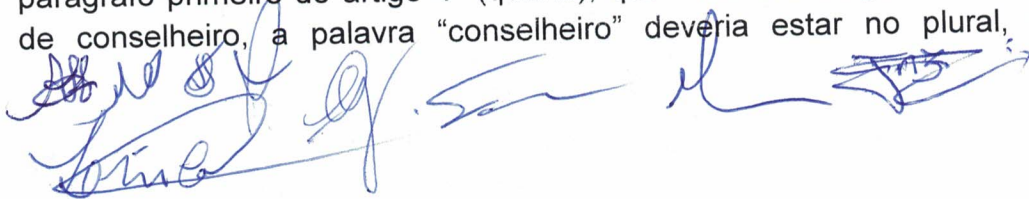
interfere o andamento da empresa; e o que mais traz peso acerca da homenagem, é que, desde quando eles assumiram a direção da Cooperativa, estava a mesma “totalmente falida, entregue às traças, não tinha nada”, tendo a maioria das cooperativas da região fechado; mas, depois que eles assumiram, a Cooperativa de Mar de Espanha teve um grande crescimento, com o reconhecimento dos produtos “Maresp” pelo Brasil, principalmente no Estado de Rio de Janeiro; que a gestão foi de muita transparência e relevância para o Município, sendo uma empresa que tem um número de funcionários “muitíssimo grande”, que é um exemplo a ser seguido por “muitas e muitas” empresas. A Vereadora Adriana fez uma colocação se dirigindo ao Vereador Jorge, afirmando que, pelo que tudo indica, pela própria resposta do Vereador, pela explanação de motivos feita pelo mesmo quanto ao assunto, o deferimento da honraria seria à Cooperativa ou à direção da mesma. O Vereador Jorge interrompeu afirmando que não conseguia distinguir uma coisa da outra, que não vai dar para a Cooperativa, porque a Cooperativa não tem uma situação, não é uma pessoa. A Vereadora Adriana afirmou que a Cooperativa tem personalidade jurídica. O Vereador Jorge disse que o importante é a presidência da Cooperativa, que todos sabe que a Cooperativa teve diversos problemas, brigas por causa de eleições de chapas, até diversos processos na justiça, e que isso mudou, depois que o João e o “Guto” entraram na direção da mesma. A Vereadora Adriana frisou que é por isso mesmo que ela estava ponderando, pois o próprio Vereador fala da direção, que é feita pelo João e pelo “Guto”. O Vereador Jorge afirmou que indicou ao João, mas que seria ao João e ao “Guto” que seriam homenageados, tendo a Vereadora Adriana voltado a ressaltar que era isso mesmo que ela estava dizendo ao Vereador Jorge, que seria a direção, representada por ambos, João e “Guto”. O Vereador Alair disse ao Vereador Jorge que entendia a situação exposta pela Vereadora Adriana, que seria um mérito praticado por ambos, a situação da indicação do casal feita pelo Vereador Flávio, pois, como a Vereadora Adriana estava ressaltando, a administração da cooperativa é uma só, feita pelo João e pelo “Guto”, pelo modo como ele entende que a Vereadora vê, questionando da mesma se era esse o entendimento dela, ao que a vereadora Adriana respondeu afirmativamente; o Vereador Alair disse que desse modo ficaria bom. A Vereadora Adriana exemplificou que seria o mesmo caso da homenagem proposta por ela, em 2016 (dois mil e dezesseis), às Pequenas Irmãs da Divina Providência em Mar de Espanha; frisou, ainda, que, se as razões da homenagem são especificamente referentes à Cooperativa, tem que ser a ambos. O Vereador Jorge concordou que sejam ambos pela direção da Cooperativa. O Vereador Alair perguntou ao Vereador Marcílio o que ele achava, tendo o mesmo manifestado concordância. A Vereadora Adriana ressaltou que não seriam ambos representando a cooperativa, pois, se assim fosse, a homenageada seria a pessoa jurídica; que seria uma honraria conferida a ambos, como diretores, pelos méritos na administração da Cooperativa. A Vereadora Adriana passou a fazer outra colocação, a respeito



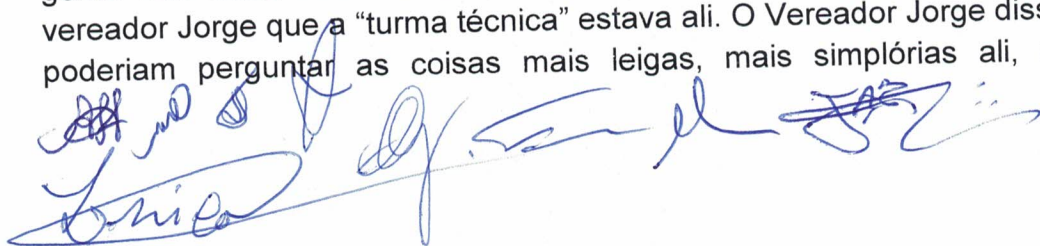
da situação, que vem se repetindo ano após ano, que se constitui no desconhecimento ou na incerteza com relação às pessoas que já receberam as homenagens da Câmara; que, inclusive, acredita que o Dr. Ademar já tenha recebido, por propositura do então Vereador Dr. José Carlos Afonso, o título de Cidadão Honorário, assim como tal suspeita se estende ao Dr. Adair, quanto ao recebimento em mesma época. A Secretária da Casa, Aline, afirmou que fez a busca nos arquivos desde o ano de 1952 (mil novecentos e cinquenta e dois). Vereadora Adriana prosseguiu, ressaltando que, em junho de 2013 (dois mil e treze), apresentou nesta Casa Projeto de Resolução que instituía o Livro de Registro dos Homenageados, com o objetivo de orientar a busca por projetos de resolução que instituíram as homenagens, assim como para facilitar o acesso á informação acerca das pessoas que já receberam as honrarias. A Vereadora afirmou que o projeto foi aprovado na Câmara, conforme ata cuja cópia se encontrava em seu poder durante a sessão, não sabendo por qual razão não se tornou Resolução; pois obviamente, sendo o projeto apresentado e aprovado, ele tem que se tornar Resolução, não ao bel prazer de quem quer que seja, mas obrigatoriamente, e isso não ocorreu; a Vereadora afirmou que já cobrou isso em outras ocasiões, não sendo uma questão de vaidade, nem pessoal e nem da Câmara, muito embora fosse interessante que do livro constassem registros fotográficos das sessões em que ocorressem as homenagens, dos homenageados e outras. O Vereador Jorge afirmou que isso viria a facilitar para os vereadores, nos anos posteriores às homenagens, a verificar quem já as recebeu, solucionando situações como a ocorrida com o Vereador neste ano, que chegou a procurar cinco pessoas, mas elas já tinham sido homenageadas. A Vereadora Adriana disse que o Dr. José Carlos Afonso fala que, logo que foi eleito Vereador, pesquisou as pessoas residentes em Mar de Espanha que eram naturais de outros municípios e conferiu títulos de Cidadão Honorário a todas, e que eram muitas pessoas. A Vereadora perguntou à Secretária se ela encontrou registro desses projetos nas pesquisas de arquivos feitas por ela, ao que foi respondida negativamente. O Vereador Jorge questionou se não havia um número legal, sendo respondido pela Vereadora Adriana que a limitação de um homenageado por Vereador passou a ser estabelecida há pouco tempo e informalmente, ressaltando que, em 2013 (dois mil e treze), os vereadores tiveram ampla liberdade de propositura de homenagens, mas ressaltou que isso gera um ônus para a Câmara, em razão de ser feita festa. A Secretária da Câmara, Aline, disse que perguntou ao Dr. Ademar e que o vereador Lincoln perguntou ao Dr. Adair, sendo que ambos disseram não ter recebido. A Vereadora Adriana explicou que o fato de ter suposto que o Dr. Ademar recebeu é porque, além de ter sido relatado pelo Sr. José Carlos que acha que ocorreu, os mesmos eram vizinhos e extremamente amigos na ocasião em que foram feitas as numerosas homenagens referidas; e, quanto ao Dr. Adair, pelo fato de ter o mesmo vindo para Mar de Espanha, sendo contratado pela Administração Municipal de então, pelo Sr. Geraldo pereira Magalhães, sendo que o Dr. Adair também tinha uma relação de



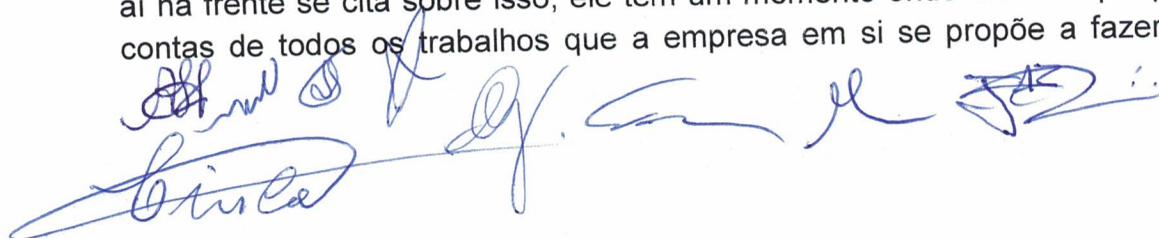
afinidade muito grande com os então vereadores. Quanto à instituição do livro de registros, a Vereadora Adriana ainda frisou que é preciso que se atente mais com relação à organização, questionando, retoricamente, como pode um projeto ser aprovado na Casa e não se transformar naquilo a que objetiva? Como se pode aprovar um projeto de resolução e o mesmo não se tornar resolução? Como se aprova um projeto de lei e o mesmo não se torna lei? A Vereadora ressaltou, ainda, com relação a lapsos constantes do portal da transparência da Câmara, informando que não verificou por completo, mas que espera que não sejam tão constantes em relação a outros anos como foi observado quanto ao ano de 2013 (dois mil e treze), e que muitas atas não estão constando, havendo vários equívocos em relação a numeração de sessões e o efetivamente constante, atas invertidas verticalmente; frisou, ainda, que, como no caso do referido Projeto de Resolução, que foi proposto com o fito de alterar outra norma, que seria o Regimento Interno, sendo que, sempre que há modificação de uma norma existente, a norma original deve passar a constar com a alteração, sendo urgente que se faça isso, solicitando ao Senhor Presidente que verifique os fatos, salientando acerca, inclusive, da publicidade. A Secretária Aline lembrou aos vereadores sobre o prazo para entrega dos currículos dos homenageados, até o dia 31 (trinta e um) de outubro. Não houve expediente e o presidente solicitou o parecer das comissões sobre o Projeto de Lei do Executivo nº 20/2018, “que autoriza a criação da Empresa Pública de Mar de Espanha e dá outras providências”. O Vereador Alair afirmou que o parecer do conjunto de comissões foi favorável. A Vereadora Adriana pediu cópia do parecer, assim como o Vereador Jorge. A Vereadora Adriana informou que constatou alguns lapsos no projeto em termos de redação e que, embora já tenha sido emitido o parecer das comissões, falará na qualidade de líder de governo, solicitando que os mesmos, tratando-se de meros lapsos de digitação, sejam corrigidos antes que a redação final fosse enviada ao Executivo. O Vereador Jorge disse que conversou com o Jurídico da Casa sobre a questão da redação dos projetos e a questão da comissão, onde os vereadores só autorizam a tramitação do projeto, sendo que na redação tem equívocos. A Vereadora Adriana afirmou que o parecer do conjunto de comissões engloba a comissão de Redação. O Vereador Jorge disse que, quando os vereadores se reuniam pelas comissões, essas coisas já vinham de uma forma diferente, que dava para detectar. A Vereadora Adriana passou a pontuar os lapsos referidos: no artigo 2º (segundo), inciso VIII (oito), foi omitida a letra “d” do termo “das”; parágrafo 9º (nono) do artigo 4º (quarto), há que se retirar o termo “m03” substituindo pela palavra “máximo”, passando a constar a possibilidade de, no máximo, três reconduções consecutivas; no artigo 8º (oitavo) é preciso que se acentue a palavra “gerências” e que se corrija, em razão da concordância, a palavra “respeitada”, grafando-se “respeitadas” qual faltou a letra “s”. O Vereador Jorge ressaltou quanto ao parágrafo primeiro do artigo 4º (quarto), que trata dos cargos de presidente e de conselheiro, a palavra “conselheiro” deveria estar no plural, tendo a



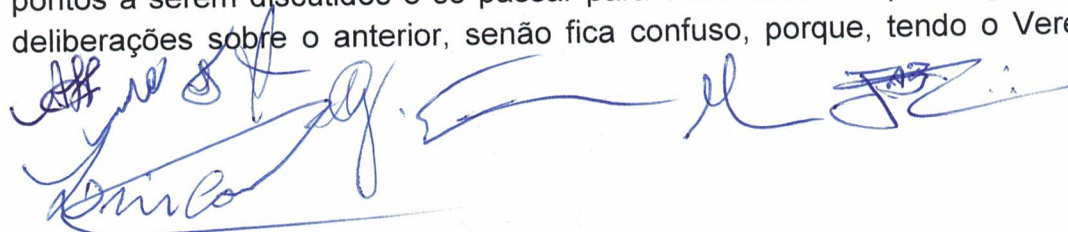
Vereadora Adriana se manifestado no sentido de que não seria necessário; foi observado pelo Vereador Jorge que, ainda quanto ao artigo 4º (quarto), do parágrafo 2º (segundo) passa imediatamente ao parágrafo 4º (quarto), sem que tenha o parágrafo 3º (terceiro), havendo que ser renumerado; no parágrafo 5º (quinto), ainda do artigo 4º (quarto), quanto às deliberações do Conselho, que são previstas para serem tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente, além do seu, o voto de paridade. Também foi ressaltado com relação a constar, do parágrafo 14 (quatorze) do artigo 2º (segundo), a expressão "região metropolitana". A Vereadora Adriana disse que marcou essa situação, mas que numa lei constam previsões futuras, vez que a mesma não é feita apenas para o tempo atual, não sabendo se a inclusão da expressão foi proposital. O Presidente colocou o projeto em discussão. O Vereador Jorge disse que tem pontos a serem discutidos e que, esteve, junto ao Vereador Alair, na reunião em que o projeto foi explicado pela a empresa de consultoria responsável pela criação do projeto da empresa pública pretendida; disse ter indagado várias situações, mas como foi uma demonstração de um projeto tem-se a situação vista com os olhos de uma forma, mas na hora que vem para a Câmara, a gente tem a obrigação de analisa-lo de outra forma. O Vereador Jorge disse que indagou sobre o impacto de folha e sobre todos os pontos, mas não era o momento de perguntar outras coisas, pois as pessoas que estavam presentes "ali atrás" eram realmente muito leigas para isso e que o momento ideal é o da discussão do projeto na Câmara; disse que estudou "bastante, mas bastante mesmo" o projeto, mas talvez não tenha sido o suficiente, porque, segundo ele, o projeto é de uma complexidade muito grande, dizendo querer deixar claro que o projeto é de um cunho maravilhoso, que a finalidade do projeto é de uma importância muito grande para o Município, desde que ele esteja nos trilhos, e, para ele estar nos trilhos, muita coisa tem que acontecer; que o projeto seria a criação de uma empresa dentro de uma empresa, uma empresa pública dentro de uma empresa e que, no dia em que foi apresentada a proposta do projeto, é que, essa empresa sendo criada, ela teria algumas facilidades em termos de contratações com o Estado, ou com o privado, ou com a venda dos produtos que ela for contemplada, que, no caso aqui, dos resíduos sólidos, do saneamento básico e da iluminação pública e, então, eles disseram que se nós já tivéssemos esse know-how já estabelecido no Município, poderia ser vendido para qualquer outro município, desde que assim o queiram. E também, se for assim para levantar um financiamento de um BNDES, essa empresa tem uma facilidade maior, porque ela não fica tão engessada, é uma burocracia muito grande e ela tem uma receptividade maior. O Vereador Jorge prosseguiu, dizendo que teve uma preocupação muito grande na hora, que não buscou responder no momento, mas que agora entende que nós estamos indo na contramão, porque, mas a gente não sabia como o texto viria. O Vereador Alair disse que avisou ao vereador Jorge que a "turma técnica" estava ali. O Vereador Jorge disse que só poderiam perguntar as coisas mais leigas, mais simplórias ali, mas não



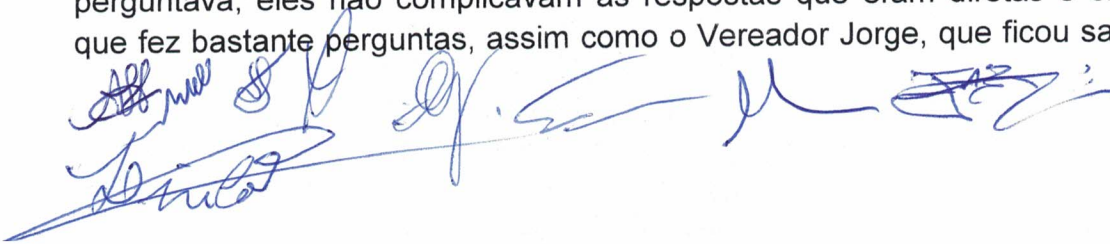
detalhadamente igual está aqui. O Vereador prosseguiu dizendo que, só acha que agora, nessa fala aí, quando ele diz sobre a facilidade de se fazer um contrato com mais facilidade, com mais abertura para isso, segundo o Vereador Jorge, cria-se um embaraço maior, porque, mesmo tendo que prestar contas ao Tribunal de Contas, isso para deixar claro para todo mundo, pelo que diz o Vereador que entendeu, que isso é uma empresa, que ela tem vida própria, ela tem contabilidade própria, ela tem um subsídio a princípio vindo da Prefeitura que é direcionado para ela e ela vai gerir todo esse procedimento em si.; quando ela diz aqui sobre a contratação dos profissionais, e eu perguntei se poderiam ser utilizados profissionais do quadro efetivo, claro que sim e aqui se sobrepõe ainda de uma forma mais enfática, dizendo que sim, que se o profissional é competente e encaixa no perfil do que eles precisam, você pode trazê-lo para cá, desde que ele venha com os vencimentos, que ele não perca os vencimentos dele, o que ele já ganhava anteriormente, isso aí a Constituição garante a ele não perder os mesmos benefícios financeiros; você traz esses funcionários para cá e aí tem um momento que ela fala que ela preza para o funcionário ter uma competência maior, ter um envolvimento maior na empresa, eu acho que isso aí é um dever de qualquer funcionário público ou privado, mas o privado ele faz da vida dele o que ele quer, mas o público é uma obrigação nata, ele tem que entrar para a vida pública e dar o melhor dele, porque ele está lidando com dinheiro público, e o dinheiro público você não faz dele a deus dará, você faz dele o que há obrigação de prestar contas de tudo; então isso, segundo o vereador, o incomodou, essa posição. O Vereador Jorge seguiu dizendo que, quando se cria a empresa EMPMAR, ela contará com os seguintes órgãos dispostos na ordem e na hierarquia que aqui vou dar, lendo alguns trechos: o conselho de administração, a diretoria executiva, que ela é subdividida na presidencial, na financeira e na operacional, e o comitê de auditoria estatutária; o quadro de encargos em comissão, segundo o vereador Jorge, tentou ver, mas deixará para ver com a Rayla depois. Prosseguiu, dizendo que o artigo 4º (quarto), lendo: "O Conselho de Administração da EMPMAR será composto por um presidente e sete conselheiros que, assim como os Diretores, deverão atender às disposições de qualificação e experiência profissional do artigo dezessete", então, no parágrafo primeiro, lendo: "Os cargos de Presidente e de Conselheiros de que trata este artigo serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e os demais por ato do Presidente da EMPMAR"; vamos criar uma empresa, nós temos sete cargos de uma hierarquia maior que é o conselho e ele vai deliberar sobre a forma da empresa trabalhar e nas reuniões eles vão ter autonomia para direcionar o trabalho da melhor forma possível, e existe o presidente, esse presidente que indica esses conselheiros, e quem indica o Presidente é o Chefe do Executivo; existe uma auditoria, um conselho auditor, um comitê de auditoria estatutário, é o que talvez seja que vá analisar essa prestação, como aí na frente se cita sobre isso, ele tem um momento onde ele tem que prestar contas de todos os trabalhos que a empresa em si se propõe a fazer e em

The image shows several handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page. The most prominent signature is a large, stylized cursive signature that appears to be 'Brisca'. To its right, there are several other smaller, less legible signatures, some of which appear to be initials or names like 'Jorge'.

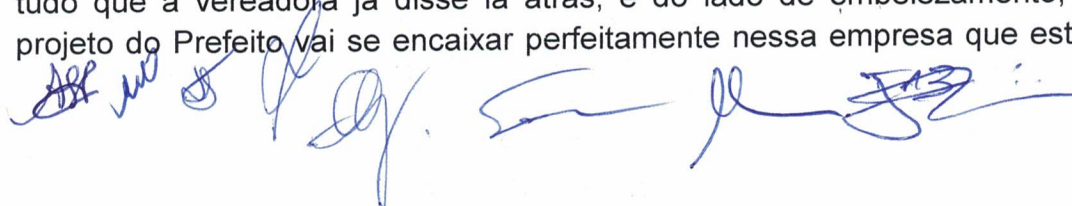
tempo hábil ser convocada para prestar contas do andamento da empresa; esse Conselho também ele é indicado pelo mesmo órgão, então isso tudo, segundo o Vereador, ele vê assim, nós criamos uma situação onde no final, que é uma das peças mais importantes, por exemplo, o Vereador disse que ia citar um exemplo que talvez fosse dar um entendimento melhor do que ele disse estar querendo falar e não estava conseguindo, ainda segundo o mesmo, achar as palavras, o que nós estamos passando no Brasil hoje, o Presidente da República indica um membro do Supremo Tribunal Federal, na hora da votação, em qualquer situação, desse líder, desse membro do Supremo lá, sobre esse mesmo Presidente que o indicou, tem um peso; por isso, o Vereador diz achar que aqui essa criação da empresa em si e ela ficar todinha atrelada ao Executivo, o Executivo que é o mentor, o Executivo é que tem as ferramentas na mão nas indicações, então, baseado nesses fatos, em todos eles que, segundo o vereador, tentou mostrar, ele diz que gostaria que a gente discutisse isso por vários, vários, que ele gostaria de escutar várias opiniões e que as pessoas se manifestassem também, mas, a princípio, disse o Vereador, que gostaria que os demais se manifestassem e que, depois, o vereador gostaria de dar sua palavra final com relação a isso que está aí. A Vereadora Adriana se manifestou, reportando-se ao Vereador Jorge, questionando que, se a insurgência do mesmo é referente à indicação, qual seria o outro meio a ser proposto, ao que o vereador Jorge interrompeu, afirmando que isso aí não compete ao mesmo e que, se fosse da competência do mesmo, ele teria um estudo primeiro, ele estaria trazendo para aqui, coisa que, segundo o mesmo ele se esqueceu de falar, ele estaria trazendo para aqui, primeiramente, uma das coisas mais importantes, seria o impacto que isso está gerando, que geraria para a gente, sendo questionado pela vereadora se ele se referia ao impacto financeiro, ao que ele respondeu afirmativamente. A vereadora ressaltou que estavam falando acerca de indicação, tendo o vereador dito que só queria voltar e dizer que, se o projeto fosse baseado nele, ele vê aqui um erro nele que, para a gente, não vê o impacto; questionou sobre o que se leva, por exemplo, quando foi citado energia pública do Município, ele diz achar que 30% (trinta por cento) fica no município e 70% (setenta por cento) a concessionária leva, tendo o vereador Alair assentido; o vereador Jorge prosseguiu, questionando, então com o Município arcando com essa totalidade, esses recursos ficariam aqui, mas que recursos são esses? Que valores são esses? O Vereador Alair disse que os valores seriam apurados na prática e que sobre isso foi falado no dia da audiência, tendo o vereador Jorge dito que, em números, não. O Vereador Alair disse que não teria como, tendo o vereador Jorge dito que a de resíduos tem, ao que a vereadora Adriana questionou sobre o que estavam pretendendo falar, se era sobre o estabelecido, ou se era sobre o projeto, ao que o vereador Jorge disse que ele agora havia entrado em outro ponto, tendo a Vereadora Adriana dito que seria preciso estabelecer pontos a serem discutidos e só passar para outro assunto após esgotadas as deliberações sobre o anterior, senão fica confuso, porque, tendo o Vereador

The bottom of the page features several handwritten signatures in blue ink. On the left, there is a large, stylized signature that appears to be 'Jorge'. To its right, there are two smaller, more distinct signatures, one of which is clearly 'Alair'.

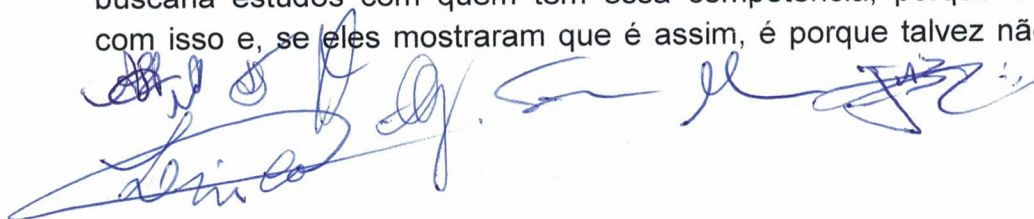
Jorge interrompido nesse ponto, para dizer que a Vereadora tinha lhe perguntado. A Vereadora Adriana disse que perguntou se o Vereador Jorge estava se insurgindo com relação à indicação, tendo o vereador Jorge interrompido e dito que seria quanto à hierarquia do projeto em si, os cargos da coisa. A Vereadora Adriana prosseguiu pontuando que a insurgência parecia ser quanto à indicação ser feita pelo Chefe do Executivo, tendo o vereador assentido. A Vereadora disse que isso era praxe em empresas públicas e que lamentava não ter podido estar presente na data da apresentação, justificando que estava se submetendo a exames médicos e não poderia desmarcar, mas que crê que seja praxe e lógica que a empresa pública tenha os cargos de comando, digamos assim, indicados pelo Chefe do Poder Executivo de cada esfera, conforme respectivamente for implantada, se for estadual, pelo Governador, se for federal, pelo Presidente e, se for municipal, pelo Prefeito, pois não vê outra forma de se colocar num cargo desse tipo, que não seja a indicação do Executivo, ressaltando que, pelo que se depreende da lei, essa indicação é limitada à competência funcional. O Vereador Jorge interrompeu para questionar quem que vai definir essa competência funcional, tendo a Vereadora respondido que, se é um cargo de gerência, logicamente, tem que ser preenchido por pessoa capacitada em administração, tendo o Vereador Alair concordado, dizendo que a indicação não poderia ser ao Deus dará, que, em geral, vai ter que ter uma competência, ao que o Vereador Jorge interrompeu para dizer que esses são os cargos indicados, os cargos de confiança que tem uma escala natural que ela, simplesmente, no final das contas, ela afunila para uma situação só, que é o Chefe do Executivo. A Vereadora Adriana disse que haverá o estatuto e que normas mais específicas, mais pontuais, não são previstas na lei de criação, são previstas em estatutos, em decretos que regulamentam; que, no caso do projeto, há a previsão de elaboração de estatuto; tendo o Vereador Jorge interrompido para dizer que ligou para aqui e pediu até que tem aqui atrás a lei que pediu com o estatuto e que vai ler aqui, "a organização e competência do comitê de auditoria estatutário reger-se-á conforme as disposições do artigo 24 (vinte e quatro) e 25 (vinte e cinco) da lei treze mil..." A Vereadora Adriana informou que a criação do estatuto ao qual se referiu se dará para reger de maneira mais detalhada o que for de interesse dessa empresa e que o vereador está falando de uma lei federal que rege empresas públicas. O Vereador disse que até gostaria de ter essa lei federal, mas que não conseguiram passar para ele, ao que a vereadora Adriana informou que a legislação federal pode ser consultada pela internet com a maior facilidade. O Vereador Alair disse que o Vereador Jorge e ele podem afirmar que as pessoas que vieram aqui fazer a palestra são pessoas muito técnicas, de uma explicação muito fácil, que eles não tinham aquela linguagem difícil, que um complementa o outro de uma maneira muito fácil, e eles tinham aquela linguagem de fácil entendimento, o que se perguntava, eles não complicavam as respostas que eram diretas e simples, que fez bastante perguntas, assim como o Vereador Jorge, que ficou satisfeito



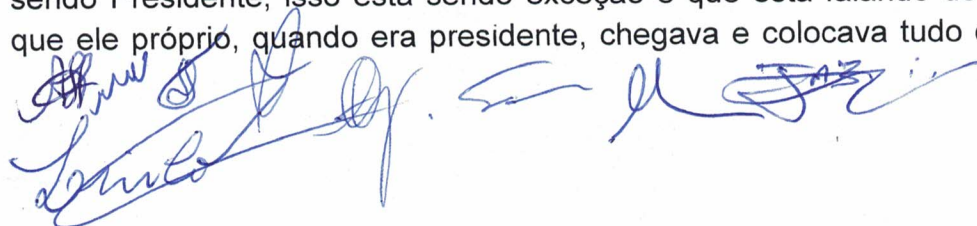
de ter vindo e que só não ficou até o final porque o prefeito pediu que ele resolvesse um problema e ele teve que sair, mas que o tempo que ficou aqui não foi pouco, que ficou até para a frente da metade da reunião, porque era até às 18 (dezoito) horas a previsão do término e ele ficou até às 17:30h (dezessete horas e trinta minutos) mais ou menos, mas a explicação foi diferenciada porque eram respostas de fácil entendimento e diretas, aquela explicação que, quando um começava a dificultar, o outro entrava e complementava e explicava de uma maneira de fácil entendimento. O Vereador Jorge concordou e prosseguiu, dizendo que queria voltar para a parte do impacto que ele gostaria de ter tido em mãos e que gostaria que constasse em ata que ele está solicitando, da parte dele, que ele não abriria mão de ter em mãos primeiro esse impacto financeiro disso tudo que não é difícil você ter da CEMIG qual o recolhimento que ela tem da iluminação pública de Mar de Espanha, o ICMS ecológico que é passado ao lixo, aos resíduos sólidos e o fornecimento de água aqui do Município também não é uma coisa difícil e que acha que se requerer eles teriam, e que, agora, outra coisa que a gente não está tendo isso em mãos, então, o projeto, para ele, vem de uma forma que não tem, que a gente não tem o número de pessoas no plano de cargos e salários dali, a gente não tem uma coisa mais concreta, a gente só tem o alto escalão definido. Prosseguiu, questionando se aqui na frente fala sobre o plano de cargos e salários, se vai ter que ter concurso público ou pode trazer os funcionários da prefeitura para cá. A Vereadora Adriana questionou do vereador Jorge a qual plano de cargos e salários estava se referindo e o mesmo respondeu que era o da empresa e que aqui dentro tem sobre a criação dos cargos e a criação dos valores, então vai ter a criação do impacto para isso, que a prefeitura está, a princípio, jogando o dinheiro para cima daquilo que está lá, então, isso daí não entra na folha da Prefeitura, no impacto da folha, não entra, a gente sabe disso, aqui está claro, mas acontece que, se essa empresa, até ela entrar no trilho, ela ficar no vermelho, assim em várias situações, da financeira até da prestação do serviço em si, por exemplo, a gente tem uma cobrança, vamos imaginar que a gente tenha o saneamento básico, que é o serviço de água e de esgoto, num feriado ou numa sexta-feira, que o vereador Alair sabe do que aconteceu outro dia na casa dele, do nada explodiu e a COPASA, ela vem hoje, que ela tem uma estrutura que ela deixa alguns estragos por onde ela passa, como não recuperar o piso, tem problemas muito sérios na cidade e tudo, mas ela manda o funcionário ali, ele corrige num tempo até que interessante. O Vereador Alair disse que a COPASA foi lá e quebrou a calçada dele toda e, no final das contas, ele que teve que arrumar. O Vereador Jorge disse para esquecerem isso, mas só citou isso porque são exemplos e que o outro exemplo que ele quer citar, que é a iluminação pública, que é um projeto ousado, ao ver dele, maravilhoso, do lado financeiro, do lado de economia que vai ser muito grande, as lâmpadas LED e tudo que a vereadora já disse lá atrás, e do lado de embelezamento, esse projeto do Prefeito vai se encaixar perfeitamente nessa empresa que está por



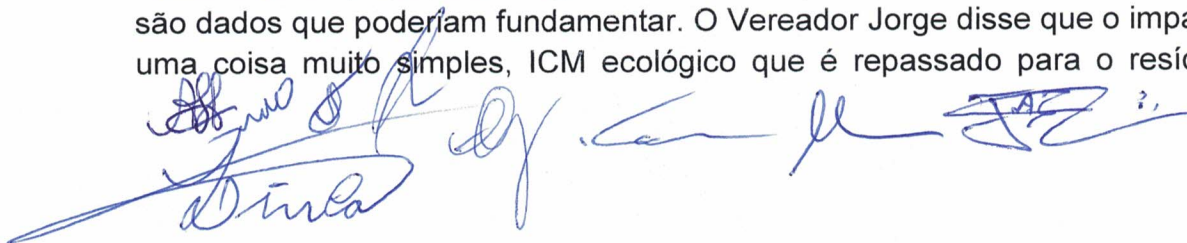
ser criada, mas essa troca das lâmpadas, ela seria num tempo razoável, mas para uma coleta de um lixo, você não pode pecar nisso que está aí e nós tivemos exemplos que não foram nada interessantes; sobre o problema de água seria a mesma coisa, o rompimento com a COPASA e a prefeitura absorver isso, que a prefeitura tem um contrato com a COPASA, esse contrato está por vencer, então a prefeitura vai assumir isso e como é que é isso, simplesmente desfaz o contrato e, a partir de amanhã, a gente assume essa responsabilidade baseada em quais profissionais qualificados? É o mesmo caso, o lixo, hoje você não pode mais coletar o lixo com um caminhão com uma tela e ir jogando tudo lá dentro, você tem que ter um caminhão triturador lá para isso, e isso o Vereador diz que não está vendo onde que seria, qual financiamento para se adquirir isso, como é que seria e tudo o que seria, um rompimento de hoje funciona relativamente bem, teve problemas no início com o recolhimento noturno, mas hoje funciona maravilhosamente, mesmo a população não tendo a cultura de colocar na hora certa, e a gente não tem profissionais para isso, aí, você veja bem, essa empresa que já tem um know-how, que ela trabalha com vários e vários, ela tem uma destinação final para esse resíduo, nós vamos pegar agora e vamos fazer o que, vamos criar, olha o quanto de coisas que estão faltando para que esse projeto venha e que “eu vire e fale assim, eu, de olho fechado, eu sou favorável ao projeto em votação única, para mim, está faltando muita coisa, e uma das principais, além de todas essas que eu tentei aqui explicar, é esse impacto que não foi passado para a gente”. O Vereador Jorge prosseguiu, dizendo querer que conte, sim, em ata aí essa situação, porque se, essa condição, ele diz não saber o que virá de funcionários e nem de nada, não sabe com quanto tempo que isso poderá gerar e, se gerar um vermelho nessa empresa, quem vai ter que arcar com isso é o Município, que vai ter que ter uma dotação talvez extra ou não para encaminhar esses recursos para cobrir o rombo que essa empresa deixou, ou vai deixar. O Vereador Alair disse que, no dia da audiência pública, houve essa pergunta e a resposta foi que a empresa é mais do que autossustentável, ela vai se tornar uma empresa lucrativa, onde vão ser investidos recursos no próprio Município. O Vereador Jorge assentiu, mas disse que a gravação está ali e que foi quando ele falou que ele acha a ideia em si de uma essência de uma coisa maravilhosa, e que ele não nega isso, reafirma aqui agora, só que ele diz achar que esse projeto, ele teria que vir com muito mais detalhes, enriquecimento de dados, que ele não tem, principalmente na situação do alto escalão que ele fica direcionado para o Executivo, mas que, agora, a resposta sobre como deveria ser essa indicação aos cargos, se seria por uma audiência pública, por indicação por alguém, como é que deveria ser isso, o vereador diz não saber, mas diz que, se fosse da parte dele, teria que ser de outra forma. O Vereador Alair perguntou se o vereador Jorge estava falando das contratações, ao que o mesmo respondeu afirmativamente e disse que, se fosse o caso dela, buscaria estudos com quem tem essa competência, porque eles trabalham com isso e, se eles mostraram que é assim, é porque talvez não tenha outra

The image shows several handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page. The most prominent signature on the left is written over the name 'Alair' and appears to be 'Alair' followed by a flourish. To its right, there are several other signatures, some of which are more stylized and less legible. The signatures are written in a cursive or semi-cursive style.

saída e, se esse projeto foi feito baseado nessa forma, é porque é a forma viável para isso, é a forma cabível, ou é a forma que a empresa exige e, baseado nisso, diz não concordar. O Vereador Alair disse que a indicação tem que ser do Executivo, que não tem cabimento que seja de outra forma, porque é uma empresa pública, independente do Prefeito que seja, ao que a Vereadora Adriana concordou. O Vereador Marcílio informou que ele, particularmente, vai abster do voto e que, com isso, estará fazendo um favor para o Prefeito, que está assumindo uma responsabilidade, e que já se jogam muitas responsabilidades, como Polícia Militar, Polícia Ambiental, transporte escolar, quantas e quantas coisas, já estão em cima dos municípios, e que, com essa empresa, virá mais uma responsabilidade em cima do Município. O Vereador Alair disse que teve um caso numa cidade vizinha, da qual não citará o nome, em que uma pessoa ofendeu outra pessoa lá e a pessoa tinha um problema de saúde, tireoidite aguda, e quem tem essa doença, às vezes pode comer salada e fazer um regime violentíssimo, que ela não consegue emagrecer, aí ele chamou a pessoa de gorda, e a pessoa ficou muito nervosa e ele falou que “acha engraçado que até papel que você usa no banheiro, a Prefeitura que tem que dar”; que, então, o que o Vereador Marcílio está falando, faz sentido mesmo, porque, como diz ele, até o papel a Prefeitura dá, então, realmente, “é tudo, tudo, tudo em cima dos municípios”; o vereador prosseguiu, dirigindo-se ao Vereador Marcílio, só que, se você tivesse aqui no dia, foi no seu horário de serviço, as pessoas que vieram são hipercompetentes. O Vereador Jorge interrompeu dizendo que é encantado com isso que está aqui no projeto e que não nega em hipótese nenhuma, que isso aqui é uma coisa que, funcionando, é de uma complexidade muito grande, e o projeto está muito simplório para a complexidade que ele é. A Vereadora Adriana voltou a ressaltar que normas mais pontuais serão estabelecidas, inclusive de acordo com a evolução; disse ainda que terá de ser elaborado regimento interno quanto aos conselhos previstos, além de outras normas de regulamentação. O Vereador Jorge frisou que o fato de haver votação única, em vez de ser exceção, está virando rotina, tendo o Presidente informado que poderia marcar outra reunião para o dia seguinte. O Vereador Alair disse que a votação única deixa os vereadores de modo confortável e que os mesmos poderiam concordar com a votação única, ainda que votem contra o projeto, para não colocarem o Presidente em apuros, que ele reconhece, por já ter sido presidente, pois o Presidente tem que atender o pedido, que vem de cima e, para não o deixar em má situação. O Presidente informou que, se não houver concordância com a votação única, que não haverá problemas, pois marcará outra sessão para o dia seguinte. O Vereador Jorge disse que quer que conste também em ata só isso, que está se tornando uma rotina e que era para ser exceção. O Presidente disse que não acontecerá mais. O Vereador Alair perguntou se poderia ser sincero e que nesse período em que o Arnóbio está sendo Presidente, isso está sendo exceção e que está falando de coração, e que ele próprio, quando era presidente, chegava e colocava tudo em votação



única, e, dirigindo-se ao Vereador Marcílio disse que ele, como já foi Prefeito, sabe que fica um pouco refém, porque, às vezes, realmente chega aquele assunto que tem que ser colocado para andar e que, se o Presidente não colocar para andar, ele acaba criando um mal estar até com o Executivo e que, então, o que está querendo dizer é o seguinte o voto a favor ou não, não interfere na votação única, que a votação única pode ser passada para poder liberar o lado do presidente e o voto é indiferente, só para não o deixar em má situação. O Jurídico da Casa se manifestou, dizendo que o Vereador Alair definiu justamente o que ele queria colocar, porque realmente não existe uma previsão regimental dessa votação única, então, o que tem que se adotado como critério, quando tem uma deliberação do Plenário, unânime, que se faça a votação única, por ser o Plenário soberano. O Vereador Jorge disse que sempre aprova. O Vereador Alair pediu que o vereador Jorge o perdoe por, às vezes, ele estar falando e cita o Vereador Marcílio, porque é o único que já foi Prefeito, então, assim, já passou por certas situações no mínimo próximas. O Vereador Marcílio afirmou que, quanto à votação única, todos votarão favorável. O Vereador Alair disse ao vereador Marcílio que ele já teve Presidente que não aceitava ajuda-lo e perguntou se a afirmativa procedia, pedindo que ele falasse a verdade, que era uma coisa muito ruim, e disse que não citaria o nome do presidente que assim agiu. O Vereador Marcílio assentiu e disse que, quando dizia que precisava, aí é que seguravam mesmo. O Jurídico da casa se manifestou, dizendo que faria uma explanação, dizendo que, de certa forma, é um projeto arrojado e que as ponderações do vereador Jorge quanto à indicação do Prefeito, é vista como natural pelo Jurídico, pois se trata de uma empresa pública pertencente ao Município, diferentemente de um conselho, que outros órgão vão indicar representantes; e que, quanto às demais ponderações pertinentes teriam de ser vistas por outro ângulo, exemplificando o caso da CESAMA, em Juiz de Fora, que é vista hoje como uma das empresas mais sólidas do Município e, em muitas vezes, socorre o Município. O Vereador Jorge disse que a ideia dessa empresa do projeto é essa, é vender know-how, é vender prestação de serviço. O Jurídico disse que a ponderação do Vereador Marcílio também é pertinente, quanto a se assumir responsabilidades, e, por outro lado, quanto à questão da iluminação pública, já está com o Município, então, a criação dessa empresa pode ser um diferencial de criar um know-how municipal e se tornar uma empresa forte e, até mesmo, exportar esse know-how para outros municípios. O Vereador Jorge disse que seria vender a prestação, que se pode fazer parcerias. O Jurídico disse que a empresa, sendo bem administrada, pode evoluir. O Vereador Jorge disse que só acha que o projeto poderia ser mais enriquecido, que ele é muito pobre. O Jurídico disse que, quanto a esse aspecto, vê da seguinte maneira, uma coisa que está nascendo não virá cheia de detalhes, e que o projeto remete a um estatuto da empresa, a um regimento interno; que, quanto á questão do estudo, são dados que poderiam fundamentar. O Vereador Jorge disse que o impacto é uma coisa muito simples, ICM ecológico que é repassado para o resíduo e

The bottom of the page features several handwritten signatures in blue ink. On the left, there is a large, stylized signature that appears to be 'Dinla'. To its right, there are several other signatures, some of which are more compact and less legible, but they appear to be official or personal signatures of the individuals mentioned in the text above.

mais a taxa de iluminação, dizendo, ainda que “a gente sabe isso de cor aí”. O Presidente colocou em deliberação quanto à votação única do Projeto 20/2018, sendo aprovada. Em seguida, colocou o projeto em votação única, havendo abstenção dos vereadores Jorge, Flávio, Lincoln e Marcílio, tendo os demais votado favoravelmente, dando-se, portanto, a aprovação do projeto. Aberto o Horário Regimental, os inscritos se abstiveram da palavra. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente encerrou a reunião, informando aos vereadores que aguardem convocação. Para constar eu, Thalles de Souza Mazzi, lavrei a presente ata. Sala de Sessões 25 (vinte e cinco) de outubro de 2018 (dois mil e dezoito).

